UNIVERSALIDADE E MULTICULTURALISMO EM DIREITOS HUMANOS

UNIVERSALITY AND MULTICULTURALISM IN HUMAN RIGHTS

Luiz Fernando Coelho

Professor de Filosofia do Direito das Universidades Federais de Santa Catarina e Paraná. Atualmente, professor da Faculdade de Direito de Francisco Beltrão, (CESUL)

RESUMO

Os séculos XX e XXI deixaram uma preciosa herança normativa no tocante aos direitos humanos. Invariavelmente, porém, apresentaram-se barreiras a sua vigência e aplicação por força de sistemas positivos nacionais. Cite-se o exemplo do princípio da universalidade dos direitos humanos, cujo escopo é velar pela proteção de tais direitos como um primeiro dever do Estado, visto que a vigência desta matéria está amplamente disseminada pelo mundo, seja em decorrência da promulgação de normativas ou por ação de organizações internacionais. Ademais, corrobora a importância do tema direitos humanos outro princípio que encontra respaldo em sistemas jurídicos atuais, qual seja, o princípio da fundamentalidade constitucional dos direitos humanos, o qual aduz que uma maior garantia e efetividade ao tema direitos humanos dar-se-á se seus dispositivos voltados a matéria forem elevados a categoria de *cláusulas pétreas*.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos. Princípio da Universalidade dos Direitos Humanos. Princípio da Fundamentalidade dos Direitos Humanos. Direito Constitucional.*

ABSTRACT

The XX and XXI centuries left a precious heritage of rules regarding human rights. Invariably, however, some barriers showed up to the effectiveness and application by positive national systems. To mention the example of the principle of universality of human rights, whose purpose is to ensure the protection of such rights as the first duty of the State, since the duration of this theme is widely disseminated around the world, whether as a result of the promulgation of regulations or due to the international organizations actions. Moreover, corroborates the importance of the human rights issue another principle that finds support in current legal systems, namely, the principle of constitutional fundamentality of human rights, which argues that greater effectiveness and guarantees to this topic will be their devices turned the matter are elevated to the category of *Clausulas petreas*.

Key words: Human Rights. Principle of Human Rights Universality. Principle of Humna Rights Fundamentality. Constitutional Right.

INTRODUÇÃO

O princípio da universalidade dos direitos humanos declara que tais direitos não estão circunscritos às fronteiras geopolíticas dos Estados e nações, nem mesmo à sua adoção pelos sistemas positivos nacionais. São válidos e vigentes em todo o mundo, e sua proteção é o primeiro dever do Estado e organizações internacionais.

Corolário desse princípio é a noção de que os delitos contra os direitos humanos constituem delitos contra a humanidade. Outro corolário é a convicção generalizada de que sua efetividade e garantia devem constar dos textos constitucionais como cláusula pétrea, o que foi erigido à condição de outro princípio, o da fundamentalidade constitucional dos direitos humanos. Tais conceitos encontraram guarida nos sistemas jurídicos contemporâneos após a Carta das Nações Unidas, de 1945.

Até então, a consciência da necessidade de proteção dos direitos humanos dificilmente extravasava as fronteiras geopolíticas. Admitia-se tal exigência, se as incorporava aos sistemas de direito positivo, mas tudo atrelado ao exercício das cidadanias nacionais, compreendido como avanços nas respectivas constituições. Em suma, não se cogitava de direitos humanos universais, entendida a universalidade como um conceito ligado à ideia de supranacionalidade.

Paradoxalmente, o que precipitou a convicção de que a proteção internacional dos direitos humanos estaria acima dos interesses dos Estados, foram as atrocidades praticadas pelos regimes ditatoriais do século XX, o nazismo, o fascismo e outras ideologias que submetiam o indivíduo aos interesses do Estado, a ideia de que o fim justifica os meios, o holocausto do povo judeu, a perseguição a minorias raciais a pretexto de limpeza étnica, as ditaduras militares da América Latina etc.

Quando ditadores sanguinários, após mover um terrorismo de Estado contra seu próprio povo, eram acolhidos por outros países na condição de refugiados ou simplesmente imigrantes para poderem usufruir das riquezas roubadas de seus povos miseráveis, dinheiro depositado na Suíça, nos Estados Unidos da América e, mais

tarde, nos chamados paraísos fiscais, espalhou-se na consciência internacional a convicção de que deveria haver um “basta”.

Essa ideia foi acolhida pelo direito internacional, com três consequências importantes.

Primeiramente, institucionalizou-se a noção já antes afirmada doutrinariamente e posta em prática no julgamento de Nuremberg, de “crimes contra a humanidade”. Uma segunda implicação foi considerar e declarar a imprescritibilidade desses delitos. Uma terceira, a instituição de jurisdições supranacionais com competência reconhecida internacionalmente para o processo e julgamento de tais delitos. E, finalmente, a atribuição a todos os Estados do direito de processar e julgar tais delitos, ainda que a despeito de disposições em contrário nos países onde os criminosos de lesa-humanidade tivessem obtido acolhida ou cidadania, ressalvada a competência dos tribunais internacionais.

Outra consequência do princípio da universalidade foi embasar nova interpretação a um princípio constitucional ligado à necessidade de obstaculizar retrocessos na dogmática dos princípios constitucionais. Ela se consubstanciou no princípio da fundamentalidade constitucional.

Mas o ideal da universalização dos direitos humanos enfrenta um obstáculo que se reflete na teoria e na prática. Trata-se da oposição entre universalismo e multiculturalismo no tocante ao âmbito de aplicabilidade dos princípios que devem reger as políticas nacionais e internacionais sobre direitos humanos.

Embora a universalidade dos direitos humanos seja em geral acatada, sua proclamação é mais retórica, com vistas a objetivos políticos, do que fruto de autêntica convicção; e a política de sua implementação esbarra nas enormes e persistentes diversidades entre os povos do mundo todo. Ora, o fenômeno cultural reflete a experiência histórica de cada sociedade em particular, os quais enfrentaram diferentes desafios oriundos de diferentes contextos ambientais.

Argumenta-se ademais que a noção universalista consagrada na Declaração da ONU de 1948 consagra uma concepção hegemônica e abstrata característica do pensamento ocidental, e que sua imposição normativa representa o canto do cisne do colonialismo das eras anteriores.

Em outros termos, a visão colonialista que no passado apoiou-se na força militar, substituída pelo poder econômico e, mais tarde cultural, agora procura manter-se em termos de ética, uma ética universal hegemônica e ocidental que despreza as especificidades de cada cultura. Daí a necessidade de que a teoria e a prática dos direitos humanos absorva a realidade do multiculturalismo, como garantia da alteridade.

Na base do multiculturalismo está uma conceituação antropológica de cultura, o modo como um grupo de pessoas pensa, crê e vive seus próprios modos de adaptação ao meio ambiente. Estes compreendem crenças religiosas, valores, conhecimento e produção, em suma, seu modo próprio de resolver os problemas intersubjetivamente enfrentados, os estilos de vida, a existência de cada sujeito em sua comunidade, na perspectiva de seu interior.¹ Nesse viés antropológico, a originalidade de cada cultura está na maneira particular de resolver problemas, de perspectivar valores e não nas contribuições parcelares de cada civilização.²

Mas o multiculturalismo não é somente descritivo das diversidades culturais, é também uma ideologia que a propõe como boa, desejável, cuja preservação é imperativo das políticas nacionais e internacionais. Ou seja, a tendência atinente à globalização no sentido de homogeneizar a cultura é denunciada como prejudicial à própria civilização, pois a produção cultural de cada povo deve ser preservada em sua originalidade.

Este é o sentido da defesa dos povos indígenas que em várias partes do mundo não foram incorporados à civilização. É também o fundamento para a tolerância de rituais e práticas consideradas agressivas à dignidade da pessoa humana, principalmente as fundadas em crenças religiosas.

Desses argumentos vem a conclusão de que os direitos humanos devem acatar o multiculturalismo, pois a universalização nivela os valores a uma racionalidade dos colonizadores, negando a alteridade, que é a própria razão de ser dos direitos humanos.

¹ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002. p.93.

² LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Trad. e coordenação de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p.349.

Ius Gentium - Curitiba, ano 7, n. 13, p. 244 - 254, jan/jun 2013

Essa idéia começou a tomar forma normativa através da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, denominada Carta de Banjul, de 1981, e da Declaração de Bangkok, de 1993, denominada Declaração dos Valores Asiáticos, e culminou com a II Conferência sobre Direitos Humanos, celebrada em Viena em junho de 1993. Nesse conclave, onde a política do multiculturalismo foi defendida principalmente pelos países asiáticos, africanos e repúblicas islâmicas, encabeçadas pela China e Cuba, firmou-se o repúdio a qualquer ingerência nos assuntos internos das nações signatárias, pois os direitos humanos deveriam ser compreendidos em função de diferenças culturais e religiosas.

Esse conjunto de documentos albergando o multiculturalismo implica retrocesso na política inaugurada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A ideologia multiculturalista traz em seu bojo a afirmação de outra diversidade, não atinente a critérios materiais, mas espirituais, axiológicos e morais. Contra a teoria da unicidade metaética fundada na razão e nos sentimentos comuns inerentes à humanidade toda, afirma-se o relativismo moral, o que repercute na compreensão dos direitos humanos. Defende-se a tese da validade dos sistemas morais tão somente para uma cultura determinada, cujos membros, partilhando intersubjetivamente as mesmas crenças e convicções axiológicas, políticas e éticas, acerca de valores e crenças, formam uma comunidade ética. Corolário desse relativismo moral é a negativa de qualquer hierarquia axiológica que ultrapasse as fronteiras éticas do grupo, e também a resistência em aceitar critérios metaéticos heterônomos.

Ademais, o multiculturalismo legitima o fundamentalismo ético-religioso, a idéia arraigada no inconsciente coletivo do grupo de que seus critérios são superiores aos demais e por isso merecem ser apresentados como padrão universal, quando não impostos pela força, pelo messianismo ou pela propaganda.

Tem-se dessarte duas doutrinas opostas. De um lado, o universalismo cultural, o qual corresponde ao projeto da modernidade, firmemente embasado no racionalismo iluminista, tendo como corolário o universalismo metaético. De outro lado, o multiculturalismo, trazendo em seu contexto o relativismo ético.

Para a primeira doutrina, o ideal da civilização é a standardização universal da cultura, ou seja, privilegiam-se suas expressões racionalizadas espalhadas numa filosofia, ciência e arte racionais. Para a segunda, privilegia-se a produção cultural autêntica das sociedades, o que impõe o respeito aos dogmas religiosos e o repúdio às imposições ideológicas vindas de fora, para com isso resgatar a liberdade criativa e a espontaneidade do ser humano, atribuindo prevalência a fatores menos racionais, tais como a intuição e o sentimento.

Ambas as posições merecem respeito, mas quando se projetam para o plano ético paira o impasse. É possível uma ética universal, à moda kantiana, por exemplo, expressa num imperativo racional que funcione como categoria da razão prática? Ou respeitam-se as convicções éticas de cada sociedade em particular, desde que não tenham a pretensão de exportá-las.

Trata-se do confronto entre um entendimento racional dos direitos humanos como aprioristicamente universais e, por isso mesmo, com tendência à sua imposição a todos os povos como ditame da própria racionalidade, e o relativismo decorrente da consciência de sua historicidade e, portanto, sua compreensão como conceito jurídico envolvido pela ética elaborada também historicamente em diferentes contextos culturais.

Argumenta-se que à noção universalista subjaz um viés ocidental que despreza as tradições orientais, particularmente no tocante à cultura islâmica, africana, hindu e chinesa. E que, além disso, mesmo no interior das nações, ocorre uma ambivalência cultural que não pode ser ignorada quando se trata de normatizar tema tão relevante.³

Daí a necessidade de superação do impasse, mediante uma solução de compromisso que, sem violentar a produção multicultural, estabeleça critérios mínimos que possam amenizar o sofrimento imposto a indivíduos e grupos minoritários em função de idéias e atitudes construídas através da história dos povos e garantidas pelo conservadorismo da geração atual. Como definir esse conteúdo mínimo, universalizá-lo mediante a convicção generalizada de sua aceitação por todos

³ BIELEFELD, Heiner. **Filosofia dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p. 41ss.
Ius Gentium - Curitiba, ano 7, n. 13, p. 244 - 254, jan/jun 2013

e, ademais, conciliá-lo com as aspirações, as tradições e práticas vinculadas às diferenças culturais?

Aqui, as teorias aventam soluções de compromisso entre universalismo e culturalismo.

Ainda que defensores do relativismo cultural salientem a necessidade política de conciliar os princípios consagrados no direito internacional com as tradições populares, firmemente arraigadas no inconsciente coletivo de alguns povos com reflexo em sua legislação, a visão antropológica das diferenças, pelo que se observa de seus expositores mais eminentes, imprime uma conotação algo romântica e eudemonística, no sentido de que as diferenças devem ser preservadas em nome do respeito às pessoas e grupos que as vivenciam.

Daí a indagação, se é possível harmonizar o pluralismo de religiões, concepções filosóficas e ideológicas e hábitos culturais firmemente arraigados no inconsciente coletivo.

A superação da controvérsia é apontada por Souza Santos no sentido de um multiculturalismo emancipatório,⁴ e por Herrera Flores⁵ como universalismo de confluência, ou seja, tomado não como ponto de partida, mas de chegada. Essa via é igualmente trilhada por Piovesan, que destaca o diálogo entre as culturas com respeito à diversidade e com base no reconhecimento do outro, como ser pleno de dignidade e direitos, como condição para que se possa celebrar uma cultura dos direitos humanos, inspirada pela observância do “mínimo ético irreduzível” alcançado por um universalismo de confluência. A autora o explica como um processo histórico fomentado pelo ativo protagonismo da sociedade civil internacional, a partir de suas demandas e reivindicações morais, no sentido de assegurar a legitimidade do processo de construção de parâmetros internacionais mínimos voltados à proteção dos direitos humanos.⁶

⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Lua Nova, v. 39, p. 112. Apud PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva. p. 221.

⁵ FLORES, Joaquim Herrera. **Direitos Humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Cit. por PIOVESAN, Flávia, op. cit. loc. cit.

⁶ PIOVESAN, Flávia. Op.cit. p. 223

A discussão tem ignorado a realidade da globalização. Não se pode hoje falar em multiculturalismo nem em direitos de minorias, quando as culturas tradicionalmente diferenciadas tendem a estandardizar-se por influência dos fatores da globalização. Esta vem a ser a confluência entre os progressos havidos em diversos e importantíssimos setores, ou seja, na tecnologia, na informação e na economia mundial. Esta, coordenada por grandes organizações internacionais, como o Tratado de Livre Comércio entre EUA, México e Canadá, o MERCOSUL, a União Européia com sua moeda única, etc.

O traço comum entre essas organizações é justamente a repercussão de sua política de união em vários setores não somente da economia, mas uma política cultural comum e a maior aproximação entre seus povos, no sentido de enfrentar conjuntamente as crises que o capitalismo triunfante e dominante tem sofrido. E o fato é que, ultimamente, a cada crise as medidas sugeridas têm representado retrocesso em direitos sociais e econômicos tidos por consolidados no *welfare state*.

Ora, a crise do capitalismo, agudizada após o “11 de setembro” pela política desastrada do Governo Bush, que não vira outra solução que não a intervenção militar, tornou ainda mais distante a busca de solução para os reais problemas da fome e da miséria no mundo.

Se já não se fala em “terceiro mundo”, dada a ascensão econômica e civilizatória dos antigos países situados na periferia do capitalismo, caso dos BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) e outros, há que aludir ao “quarto mundo” onde reina o mais absurdo desamparo de populações inteiras. Estas, além de sofrerem os males das mudanças climáticas causadas pela destruição das florestas e exploração desordenada das riquezas do subsolo, são vítimas de tiranias monárquicas e oligárquicas, guerras civis e a mais deslavada corrupção política, frequentemente acobertada e protegida por governos de países ricos e instituições bancárias que mantêm o dinheiro roubado em contas secretas. Dinheiro que paga a ostentação, a libertinagem e o mau gosto.

Veja-se o que ocorre em Ruanda, Zaire, Uganda, alguns países islâmicos, África e Ásia. São justamente nesses países que o multiculturalismo é pregado com o maior ardor.

O multiculturalismo como ideologia vem subsidiar a política de não enfrentamento dessas situações, as quais dizem respeito aos direitos humanos. Alega-se que a universalização desses direitos segundo a ótica ocidental, albergada pela ONU, tende a ignorar as diferenças.

Só que não se trata da ação deliberada do ocidente ou das nações mais desenvolvidas, ou mesmo da organização internacional através de seus organismos oficiais. A globalização é um processo inexorável do progresso da humanidade, no sentido material, cultural e transcendental. Não se trata mais da ampliação das trocas econômicas e culturais entre os povos, do maior intercâmbio entre pessoas de diferentes regiões do globo, mas da intersubjetividade decorrente da informação e da comunicação. Os cidadãos de países os mais longínquos e diferenciados entre si hoje vêem o mundo através dos meios de comunicação, da televisão, da rede mundial de computadores, das redes sociais de informação e entretenimento e das vitrinas dos *shopping centers*. Assim, os comportamentos individuais e coletivos, bem como o próprio modo de sentir das pessoas, são fortemente influenciados, pois o que se divulga não são apenas produtos, mas principalmente ideias sobre o mercado, a democracia, a ética, a divisão do trabalho, o papel das minorias, a educação, o matrimônio, a família, a sexualidade, o trabalho, o lazer e muito mais.

Em suma, a globalização é um poderoso processo de standardização mundial da cultura. Só que isso ocorre segundo os padrões e critérios de quem detém a maior parcela de poder na sociedade pelo domínio da informação, da ciência e da tecnologia. E tal poder transcende a nação e o Estado, projetando-se como poder mundial, não somente militar e econômico, mas também científico, cultural e ideológico. Ou seja, o poder está como jamais se vislumbrou nas mãos de quem domina o saber, que hoje se identifica com o crescente domínio da tecnologia e da informação.

O resultado desse processo, o fruto mais evidente e provavelmente mais nefasto da globalização é, como igualmente jamais se anteviu, a unidimensionalização do ser humano, traduzida na conformização com padrões

heterônomos que tratam de amoldar seu comportamento exterior, sua cultura e seu sentimento, e também sua alma interior.⁷

Essas reflexões levam a, realisticamente, rejeitar os argumentos em defesa do multiculturalismo na questão dos direitos humanos, pois os argumentos que o sustentam não passam de eufemismos de alcance mais político do que ético, para legitimar a tolerância com práticas abusivas por parte de governos corruptos e insensíveis, bem assim, certa condescendência para com práticas absolutamente incompatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Seja por motivos econômicos ou simples estratégia de dominação, nações que já progrediram na implementação de uma política de defesa dos direitos humanos fazem vista grossa para as constantes violações que, ao sabor do extraordinário progresso das comunicações, chegam hoje ao conhecimento de todos.

O multiculturalismo pode servir para valorar a produção cultural de um povo, contra a importação do lixo cultural produzido por países mais adiantados economicamente. Mas aplicado aos direitos humanos, a idéia do multiculturalismo traz a reboque o relativismo na política de implantação dos mesmos direitos, não podendo servir para desculpar a tolerância com a barbárie travestida de prática religiosa ou respeito à tradição. Não serve para desculpar a mutilação de meninas, nem para subjugar as mulheres e reduzi-las a mero objeto de prazer e procriação, e muito menos para autorizar quaisquer formas de racismo ou intolerância para com as minorias. A mesma intolerância recomendada contra as práticas abusivas por parte de governos despóticos, tais como a tortura, o desaparecimento, detenção e prisão arbitrária, racismo, antissemitismo, repressão a sindicatos e igrejas, miséria, analfabetismo e doenças, em nome da diversidade ou respeito a tradições culturais, deve ser estendida à barbárie travestida de respeito à tradição e à cultura.⁸ Multiculturalismo é para o bem, jamais para o mal.

Infelizmente, o que tem ocorrido com a política internacional dos Estados mais ricos do mundo é a visão utilitarista voltada para o próprio umbigo, os quais não

⁷ Sobre globalização, remeto o leitor a meu trabalho “**Saudade do Futuro – transmodernidade, direito, utopia**”. 2ª. ed. Curitiba, Juruá, 2007.

⁸ DONNELLY, Jack. **Universal Rights in theory and practice**. 2ª ed. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989, p. 235.

conseguem ir além de solenes declarações, quando a necessidade de ações efetivas possa ocasionar um retrocesso no bem-estar de seu próprio povo, ainda que em proporção desproporcionada.

A universalidade dos direitos humanos, ainda que compreendida como conquista histórica da humanidade, é hoje uma constante axiológica a ser preservada, inadmitindo qualquer retrocesso e muito menos quaisquer formas de agressão, em nome de um multiculturalismo discutível.

Pode-se adiantar a tese de que os direitos humanos são aprioristicamente universais, mas que tal apriorismo, por paradoxal que possa parecer, é fruto da característica do ser humano definida como voluntariedade, e não um *a priori* transcendental somente acessível pela razão ou inacessível como algo abstrato e metafísico. A exigência de universalidade a ser-lhes atribuída será resultado de uma vontade intersubjetivamente vivenciada por todas as pessoas e povos do mundo.